

## DA CIVILIZAÇÃO AOS TRÓPICOS (1840-1870)

**Mábia Aline Freitas Sales\***

Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em História Social da UFF

[mabiahistoria@bol.com.br](mailto:mabiahistoria@bol.com.br)

**William Gaia Farias\*\***

Doutor do Programa de História Social da Amazônia IFCH/UFPA

[wgaia@ufpa.br](mailto:wgaia@ufpa.br)

**Resumo:** Este artigo propõe uma apresentação dos significados simbólicos dos produtos importados da Europa (Portugal, Inglaterra e França) e Estados Unidos para a Província do Pará entre o período de 1840 a 1870. Toma-se como referência que neste período tanto a importação de produtos de primeira necessidade – como era o caso dos alimentos – quanto de bens considerados supérfluos – vestimentas e outros usos – já estavam em alta. O enfoque que se pretende atribuir é cultural, reconhecendo os aspectos figurados que permearam a divulgação desses novos bens culturais que adentraram a província, bem como as idéias de civilização e modernidade que lhe são inerentes. Sendo este último um discurso do próprio império brasileiro e que no Pará só encontrou maior recepção no período posterior a 1840, isto é, no pós-cabanagem, quanto mais se deu o aumento paulatino das navegações de longo curso.

**Palavras-Chave:** Produtos importados, civilização, navegação.

**Abstract:** This paper is a presentation of symbolic meanings of products imported from Europe (Portugal, England, and France) and EUA to Para during the period of 1840-1870. Basic necessities as food for example, and things considered superfluous as clothes and other items had a high level of importation, and they will be considered in this paper as a reference for a cultural attribution recognizing the symbolic aspects that the disclosure of these new cultural property and new ideas of civilization were involved. This paper will take in consideration the modern aspects that are inherent in all these things, principally the behavior and speech of the Brazilian Empire, and the reception of all these things in Para during the post-cabanagem period (after 1840).

**Keywords:** Imported products, civilization and business.

## A civilização entrou pelos portos

*Para nós, e os outros povos que na mesma época recebiam, em grandes doses, essas lições de cultura e civilização, povos ainda voltados para o modelo reitor de sua formação histórica, nada disso é superficial, fútil ou mundano (...). Recebíamos evidentemente, já prontos para o consumo os pacotes da cultura européia.<sup>1</sup>*

Uma leitura menos atenta da história da Amazônia poderia inferir que a descrição acima se refere ao que se convencionou chamar de *Belle-Époque*, período compreendido entre o final do século XIX e o início do século XX<sup>2</sup> em que o fausto do apogeu da economia da borracha se apresentou na sua forma mais ostentatória. No entanto, Vicente Salles se referia ao ano de 1853, quando nas páginas dos jornais, já naquele ano, eram freqüentes os anúncios retratando aspectos da vida social e cultural da província do Pará muito atrelados a sua relação com o exterior.

Os efeitos dessa relação eram sentidos e propalados como essenciais para a província, que, a partir de 1840, quando do momento do restabelecimento do caos decorrente da Cabanagem, pode desfrutar de um relativo contexto de “reflorescimento” econômico.<sup>3</sup> Para tanto, um elemento colocou-se como fundamental: o aumento do fluxo das navegações. Estas ligavam a Província do Pará, sobretudo com a Europa e com a América do Norte. No entanto, destaca-se pela sua maior freqüência Portugal, Inglaterra, França e Estados Unidos, através dos portos de Lisboa, Liverpool, Havre, Salem e Boston.

Os laços com os portos estrangeiros – costumeiramente restritos ao âmbito econômico ou colocados apenas como uma solução para o problema do abastecimento, do qual os presidentes de província tanto se queixavam – são uma via para pensar as navegações como propiciadora de trocas não somente comerciais, mas culturais a partir das novas práticas e releituras da realidade para qual a província dava seus primeiros passos.

O transporte marítimo sempre teve crucial importância para o Grão-Pará, tendo crescido a sua necessidade nos meados do século XVIII. Ainda que a emergência do chamado

---

1

SALLES, Vicente. *A Música e o tempo no Grão-Pará*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1980, p. 273.

<sup>2</sup> SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. 2ª Ed. Belém: Paka-Tatu, 2002.

<sup>3</sup> LOPES, Siméia de Nazaré. “Casas de Negócios, Tabernas e Quintais: O controle social sobre os agentes do comércio no pós-Cabanagem”. In: *Revista Estudos Amazônicos*. V. 1, n.º. 1, Julho/Dezembro, 2006, p. 39.

“ciclo agrícola” (produção de cacau, café, algodão, cana-de-açúcar, etc.)<sup>4</sup> não tenha conseguido alavancar a presença desse transporte, com o aumento da expressividade do cacau a sua regularidade tornou-se inevitável. Durante o período do “ciclo,” a capitania permaneceu sem muito contato com o mercado externo e um ou dois navios por ano tocavam o porto de Belém no princípio do século XVIII”.<sup>5</sup>

Antônio Baena, ao comparar as navegações da capitania do Pará com a Bahia em 1695, se dá conta de que “desta arte não é de maravilhar que quando dos portos do meio-dia do Brasil se soltavam as frotas, como a da Bahia em 1695 composta de 40 navios grandes,” houvesse “apenas três navios ocupados em igual tráfego de Lisboa para o Pará”. Porém afirma que é certo que, a partir de 1733, houve carga para sete navios e “desse ano em diante o dito número foi tendo paulatino incremento”.<sup>6</sup>

No decurso das décadas de 1780-1800, ainda recordava Baena, a quantidade de navios dedicados a levar os produtos do Pará para exportação havia aumentado de 12 ou 13 para 25.<sup>7</sup> Com a “separação do Maranhão, em 1772 e até pelo menos 1817, a capitania do Grão-Pará cresceu em número populacional e em comércio”.<sup>8</sup> Comércio este que só tenderia a alargar-se com a Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, que possibilitou aos portugueses americanos e as outras nações a “comunicação mercantil,” sendo na visão de Baena a “fonte mais caudal da riqueza e prosperidade, constituindo fácil e pérvio o comércio de seu riquíssimo torrão a todos os povos civilizados”. A abertura possibilitou a relação do Pará com outros mercados, agora não mais presos as restrições do exclusivismo e “começam a vir os ingleses e mercadejar, e a estabelecer-se no Pará”.<sup>9</sup>

É possível que a atração de vários comerciantes ingleses que se estabeleceram em Belém e passaram a operar com a Europa - tendo sido mais tarde ampliado a área de comércio para abranger os Estados Unidos e as Antilhas – “tenham comunicado aos contemporâneos

---

<sup>4</sup> SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia* (1800-1920). São Paulo: T. A. Queiroz, 1980, p. 16

<sup>5</sup> ALDEN, Dauril. *O significado da produção de cacau na região da Amazônia no fim do período colonial: um ensaio da história econômica comparada*. Belém: UFPA/NAEA, 1974, p. 28.

<sup>6</sup> BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, 2004, p. 171.

<sup>7</sup> BAENA apud RICCI, Magda. “O Fim do Grão-Pará e o Nascimento do Brasil: Movimentos sociais, Levantes e Deserções no Alvorecer do Novo Império (1808-1840)”. In: PRIORE, Mary Del; GOMES, Flávio dos Santos (orgs). *Os Senhores dos Rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p. 169.

<sup>8</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>9</sup> BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. 2ª ed. Belém: UFPA, 1969, p. 273.

uma impressão de boas perspectivas econômicas”.<sup>10</sup> Todavia, tal otimismo não iria durar muito, pois

*De 1806 a 1819 passou o Pará por uma grande crise contínua e ininterrupta; mas, em 1820 sete galeras e 53 embarcações de diversas tonelagens trouxeram a esta Província mercadorias francesas, inglesas, portuguesas e africanas, que teriam constituído o início de uma era nova e mais próspera, se as comoções internas e as agitações políticas não tivessem quase extinguido completamente as relações e o movimento comercial (...). A navegação de longo curso se mantém estacionária até 1840-41 com 78 a 100 navios.<sup>11</sup>*

Durante o período revolucionário cabano, houve sérios problemas concernentes à produção, ao comércio, dificultados ainda mais pelas condições de saúde pública. Não é à toa que havia a preocupação expressa em 1838 pelo presidente da província Soares de Andréa, o qual traçava “um quadro sombrio da economia paraense agravado pela destruição dos ativos (...), o desaparecimento de escravos e, deve-se acrescentar, os surtos epidêmicos e a piora das condições sanitárias”.<sup>12</sup>

Já está claro que o aumento da frequência das navegações deu-se concomitantemente ao desenvolvimento do comércio ainda no período colonial, proporcionando um avanço paulatino, embora com algumas interrupções. Há “necessidade de pensar os processos de civilização ou as transformações sociais, recorrendo aos tempos longos, mesmo que descontínuos”.<sup>13</sup> Passou o Pará por um período de significativa estagnação entre 1821 e 1836, só tendo voltado a uma relativa normalidade com o fim da Cabanagem.

*Desde os tempos coloniais havia um ir e vir de idéias, homens, mercadorias e tradições que interligavam a Amazônia a Portugal. No entanto, na seqüência dos anos de 1820 os ânimos dos povos exacerbaram-se, acentuando mágoas e rancores que contrastavam com os antigos laços familiares e de solidariedade. As mudanças políticas e sociais em curso entre as décadas de 1820 e 1840, em geral buscavam delimitar os tênues fios de um patriotismo em um Império repleto de heterogeneidades.<sup>14</sup>*

---

<sup>10</sup> SANTOS op. cit., p. 27.

<sup>11</sup> CORDEIRO, Luiz. *O Estado do Pará, seu commercio e indústrias (1719-1920)*. Belém: Tavares Cardoso & Cia, 1920, pp. 19; 20; 24.

<sup>12</sup> CRUZ (1963) apud SANTOS op.cit., p. 35.

<sup>13</sup> CHARTIER, Roger. *A história Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, p. 10-

11.

<sup>14</sup> RICCI op. cit, p. 166.

Consoante a Ernerto Cruz, “vem exatamente do ano de 1840 a restauração da paz, do comércio e da indústria, proporcionando a todos os habitantes da capital e do interior perspectivas mais acalentadoras”,<sup>15</sup> ou nas palavras de Siméia Lopes “após a pacificação da população abalada pelas agitações políticas” o Grão-Pará experimentava um “reflorescimento econômico”.<sup>16</sup> Ainda em 1835 “o comércio esteve em ponto morto,” e “os navios não se aventuravam a entrar num porto dominado pelos rebeldes”. Mas, de 1836 a 1837 entraram 66 embarcações de procedência estrangeira ao passo em que entraram apenas 34 de portos nacionais.<sup>17</sup>

Os navios de origem estrangeira que chegam ao porto do Pará eram muito superiores em quantidade em relação ao de origem nacional. Nesse diferencial, o que interessa aqui são as importações. Os valores em moeda corrente demonstram que de 1838 a 1839 importou-se dos portos estrangeiros 852:657\$625 réis e 485:587\$044 réis de portos nacionais. Entre os anos de 1839 e 1840 dos portos nacionais foram importados 659:761\$488 réis e dos portos estrangeiros 899:577\$233 réis. Comparando o número e o peso, em toneladas, de 1837 a 1838 vieram dos portos estrangeiros 54 embarcações com 9.269 toneladas e de cabotagem 24 embarcações contendo 4.912 toneladas, o número é reduzido a menos da metade. Já entre 1838 e 1839 entram na província do Pará 61 embarcações trazendo 9.336 toneladas, oriundas de portos estrangeiros e de cabotagem 22 embarcações com 2.679 toneladas, ou seja, a diferença é ainda maior. Aprofundando-se consideravelmente nos anos posteriores, pois de 1839 a 1840 a navegação de cabotagem conta com apenas 16 embarcações e 1.613 toneladas, enquanto que a estrangeira conta com 65 embarcações com 9.639 toneladas.<sup>18</sup>

O que isso tem a dizer? A província do Pará estabeleceu uma relação com o estrangeiro, através das navegações, que começou a se intensificar no pós-cabanagem e, ainda mais depois de 1840, esteve para além de uma simples permuta de produtos ou uma comum troca comercial. Leituras até recorrentes e já bem consagradas têm tratado as navegações como um aporte necessário para o incremento, especialmente das ligações comerciais. Entretanto, é importante pensá-las enquanto um elemento fundante, a partir de onde emanam as possibilidades de invenção de variadas práticas sociais e culturais, quais sejam, as proporcionadas pela distribuição de coisas materiais, mas também de idéias, notícias e modismos.

---

<sup>15</sup> CRUZ, Ernesto. *História da Associação Comercial do Pará*. 2ª Ed. Belém: Editora Universitária. UFPA, 1996, p. 115.

<sup>16</sup> LOPES op. cit., p. 39.

<sup>17</sup> CRUZ, op. cit., p. 113.

<sup>18</sup> Op. cit. p. 114.

As navegações permitem que circulem de um lugar para o outro os modos de sentir, de vestir, de conhecer, de pensar e até de se alimentar. Ou seja, o que está em questão, então, não é apenas o que o governo provincial terá que arrecadar ou não com a entrada de embarcações, mas o que o contato aproximado, inclusive, a diminuição das distâncias, sobretudo a partir da navegação a vapor, pode significar para uma província que principia a sentir o gosto da civilização, no sentido imperial do termo. Partindo dessa delimitação temporal, faz sentido analisar os efeitos das navegações, sob o prisma das importações estrangeiras a partir de 1840, porque é quando já se pode pensar a província mais incluída ao Império, haja vista a sua inserção tardia, unida a todos os problemas da identidade nacional.

É nos rastros dos produtos materiais e não materiais trazidos do além-mar que se pode encontrar um conjunto de práticas imbuídas numa rede de representações que circundaram o imaginário social dos meados dos oitocentos, o que questiona uma prática historiográfica de relacionar o consumo dos pacotes da cultura europeia, para lembrar Vicente Salles, tão somente ao período posterior a 1870. A navegação, principalmente a navegação a vapor,<sup>19</sup> promoveu uma revolução cultural e encaminhou para a superação do provincianismo anteriormente ao *boom* da borracha. O que diferenciou a *Belle Époque* foi realmente o cosmopolitismo que adentrou a cidade, mas o discurso da civilização é anterior.

Essa abordagem ainda servirá para repensar o lugar do Pará como uma importante experiência no conjunto da modernidade nacional que viveu as trocas materiais e simbólicas propiciadas pelo comércio marítimo de longo curso. No entanto, para fazê-la, é preciso considerar especificidades: a distância que liga os mercados europeus e norte americanos ao Pará. Por ser menor, pode levá-lo a obter vantagens em relação à capital do império.

Segundo Alencastro, “forjou-se no Rio de Janeiro – capital, política, econômica e cultural do país – um padrão de comportamento que molda o país pelo século XIX e o século XX adentro”. Para ele, com a influência estrangeira ininterruptamente manifestada depois da abertura dos portos, o Rio de Janeiro funciona como uma “grande eclusa,” e “o porto fluminense – numa época em que o comércio internacional fazia-se apenas por via marítima – apresentava-se como escala quase obrigatória dos navios que singrassem o Atlântico Norte

---

<sup>19</sup> A navegação a vapor teve início nos Estados Unidos, que foi o primeiro a usar esse tipo de embarcação em viagens transatlânticas. A primeira delas ocorreu em 1819 em uma viagem de Nova Iorque a Liverpool num barco denominado Savannah. Para saber mais sobre navegação a vapor, ver: SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. *Uma contribuição à história dos transportes: A Companhia bahiana de navegação a vapor (1839-1894)*. Tese (História Econômica). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. A nível local a implantação regular de linhas a vapor ocorreu em 1853, após intensos esforços do governo provincial. Para saber mais sobre a navegação a vapor no Amazonas ver: GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Uma face de Jano: A navegação do rio Amazonas e a formação do Estado brasileiro (1838-1867)*. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

para os portos americanos do pacífico”.<sup>20</sup> Quiçá o “quase” dê margens para perceber o Pará como um caso diferenciado, uma vez que, desde a colônia o Pará, ficou conhecido muito mais por sua relação direta com a Europa. Logo, essa conexão geográfica entre os portos do Pará e da capital praticamente inexistia, não acontecendo o mesmo com o Maranhão, onde as embarcações tinham escalas quase que obrigatórias.

A outra seria a particularidade para entender o afluxo dos importados, sua recepção e usos desses novos produtos culturais. Se, no Rio de Janeiro, cessado o tráfico, o que antes era investido na compra de africanos passou a ser redimensionado para o consumo de importados, como bens semiduráveis, duráveis, supérfluos, jóias e outros.<sup>21</sup> No Pará o aumento da exportação da borracha, no começo da década de 1850, “está na raiz da disponibilidade financeira de segmentos elitizados da sociedade de Belém para o consumo de produtos e de bens culturais franceses”.<sup>22</sup>

Sobre essa última afirmativa devem-se alguns acréscimos para que se avance na proposta de trilhar outros caminhos. Embora a borracha tenha aferido as inigualáveis possibilidades para o consumo de produtos europeus com muita intensidade, começa haver um considerável crescimento desses produtos anteriormente a 1850. O movimento do porto já era bastante intenso a partir de 1840, quando a província saindo dos efeitos do movimento cabano pode pensar na reestruturação do comércio. Relacionar o aumento das navegações e conseqüentemente do comércio somente ao incremento da exportação da borracha é impossibilitar uma análise mais ampla, como também incorrer no perigo da “sobre-contextualização”.<sup>23</sup> A “sobre-contextualização” acontece “quando um texto está tão imerso no seu tempo e lugar que impede uma compreensão sensível,” ou seja, a borracha como contexto é fundamental, mas não pode sobrepujar outras leituras possíveis.

Outro acréscimo cabível é larguear a leitura para abranger as outras relações com as quais a Província do Pará se estreitava para ir além do francesismo. Por ser a França um ícone da civilização no mundo ocidental, ela aparece com primazia nas abordagens. Observada a nacionalidade dos navios empregados nos anos 1848 e 1849 entre o porto do Pará e os portos estrangeiros, constata-se que os franceses ocupavam o terceiro lugar em quantidade de

---

<sup>20</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Vida privada e ordem privada no Império”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org). *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 23-24.

<sup>21</sup> Op. cit., p. 37.

<sup>22</sup> COELHO, Geraldo Mártires. Anteato da Belle Époque: Imagens e Imaginação de Paris na Amazônia de 1850. In: *Revista Cultura do Pará*. V. 16, nº. 2, julho/dezembro, 2005, p. 201.

<sup>23</sup> LACAPRA, Dominick. “*História e Romance*.” In: *Revista de História*. Campinas: Unicamp. V.2, nº. 3, setembro, 1991, p. 122.

embarcações e produtos importados. Os americanos ocupavam o primeiro lugar com 27 navios contendo 4.693 toneladas; o segundo era dos portugueses disponibilizando uma frota de 20 navios e 4.006 toneladas; a França dispunha de 14 navios com 2.099 e em quarto lugar os ingleses com 10 navios e 2.585 toneladas. Além desses, outros comerciavam com o Pará como é o caso Hamburgueses, Dinamarqueses e Belgas, porém com bem menos frequência.<sup>24</sup>

Os Estados Unidos, Portugal, França e Inglaterra eram os países que mais comerciavam com o Pará. De lá dimanavam “os vinhos, o sal, as fazendas e tapeçarias de toda a espécie, quinquilharias e muitas outras diversas manufaturas e objetos de comodidade ou de luxo”.<sup>25</sup> Contudo, essas não eram as únicas bagagens, visto que as viagens transportavam novas idéias e fixavam “modernos” tempos sociais, pois depende-se que os objetos somente adquirem um sentido a partir do valor que lhes é dado pelos homens em diferentes espaços e contextos. Nesse sentido, somente as trocas comerciais não expressam esses outros significados.

*Afinal, capital e capital simbólico, tratando-se de relações capitalistas, como as processadas entre a Europa e o Brasil (...) são como o Deus Jano: duas cabeças e um só corpo! O capital simbólico circula pelas mesmas vias por onde circula o corpo físico do capitalismo, ou seja, a mercadoria, sendo que ambos encarnam uma mesma e complexa realidade, da ideologia e das visões de mundo dos sujeitos hegemônicos da burguesia oitocentista.*<sup>26</sup>

Posto nestes termos, é pertinente o significado da navegação internacional para a assimilação de novas práticas, valores, usos e idéias na província do Pará, haja vista que ela tinha uma posição privilegiada para o acesso a essas mudanças e encarnou-as em um processo de representação da vida social ou pelo menos daquilo que se almejava vir a ser como implicação dos efeitos da “mundialização da cultura”<sup>27</sup> manifestada no século XIX e que na Amazônia não se apresenta tão tardiamente.

### **Do mundo da civilização ao da representação**

Como já se pode observar este artigo serve muito mais para levantar questões do que propriamente para respondê-las. Talvez a história cultural possa ajudar nesse intento, se não para resolver, pelo menos para apontar caminhos. A história cultural, de acordo com a

---

<sup>24</sup> CRUZ, op. cit., 118.

<sup>25</sup> Op. cit., p. 119.

<sup>26</sup> COELHO (2005), op. cit., p. 200.

<sup>27</sup> Idem, Ibidem.



concepção de Chartier, tem por principal objeto “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.<sup>28</sup>

Nesse sentido, a realidade pode ser analisada através das suas representações, que devem ser compreendidas como uma realidade de múltiplos sentidos. Dessa forma, “pode-se pensar em uma história cultural do social, que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos,” ou as representações do mundo social que traduzem as posições dos atores sociais, mesmo que à sua revelia, e descrevem a sociedade tal como pensam que ela é ou como almejassem que fosse.<sup>29</sup> A história cultural deve ser compreendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido, tendo em vista que as representações podem ser pensadas enquanto “esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir um sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço decifrado.”<sup>30</sup>

A intenção não é alargar o abismo entre história social e cultural, mas buscar aproximá-las na medida do possível. Buscar compreender as classificações e as delimitações que organizam a apreensão do mundo social - como categorias essenciais de percepção e de apreciação do real - não é de modo algum afastar-se do social, muito pelo contrário, “consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais”. E, assim, dirimir o debate que separa “objetividade das estruturas” e a “subjetividade das representações,” incorporando sob a forma de categorias mentais e de representações coletivas demarcações da própria organização social”.<sup>31</sup>

Com base nessas noções, considera-se que a imprensa, enquanto um veículo disseminador de idéias e produtos a serem consumidos, possa ser um dos instrumentos através dos quais é possível elaborar sentidos a partir da apropriação de seus textos. Assim, a história cultural pode dela se utilizar para entender as representações da realidade social, o que põe em causa a visão da fonte enquanto um testemunho fidedigno da realidade, da qual seria um instrumento de mediação.

Seja como for, os jornais são uma singular demonstração dos aspectos simbólicos que permearam a chegada e a disseminação de produtos estrangeiros para os mais variados fins. Embora a apropriação por parte dos consumidores, com a construção de seus significados nessa parte do norte do Brasil, seja essencial para relacionar o cultural com o social, essa não será a abordagem executada aqui. Não que não seja possível, pois mesmo o crescimento da história cultural a partir década de 1970 não rompeu por completo com a

---

<sup>28</sup> CHARTIER (1990), op cit., p. 16-17.

<sup>29</sup> Op. cit., p. 19.

<sup>30</sup> Op. cit., p. 17.

<sup>31</sup> Op. cit., p. 17-18.

história social, mas sim com o seu “sentido ‘duro,’ do estudo das estruturas como as classes sociais”.<sup>32</sup>

Apesar da diversidade da história cultural em suas variadas tradições parece que um terreno comum dos historiadores culturais pode ser traduzido no interesse pelo simbólico e suas interpretações.<sup>33</sup> Historiadores que estão na linha de frente da história cultural como Roger Chartier, Robert Darnton e Carlo Ginzburg, embora possuam posturas diferenciadas, trabalham com a idéia de compreender os sentidos aferidos ao mundo e “que se manifestam em palavras, discursos, imagens, coisas, práticas”.<sup>34</sup> Tentemos visualizá-los.

Era dia 10 de maio de 1840, chegou ao porto de Belém o Brigue Americano Heber, vindo de Salem, depois de 30 dias de viagem. Trazia em sua bagagem produtos com os quais o Pará contaria costumeiramente, dado não somente a presença de produtos de primeira necessidade, como também outros que, pelo menos por um primeiro julgamento, seriam quase dispensáveis. Mas, será que a importação serviria apenas para atender as penúrias mais urgentes, como a falta de alimentação? Entre as mercadorias destacavam-se farinha, charutos, bacalhau, cebolas, velas, sabão, bolacha e fazendas.<sup>35</sup>

Poucos dias depois, aportou o Brigue Francez Zenobia, vindo de Marcelle, por Maranhão. Este trazia vinho tinto, licor, vinagre, azeite, queijos, sal, papel, quinquilharias, fazendas, chapéus, calçados, fitas e sedas.<sup>36</sup> Ainda dia 25 do mesmo mês, ancorava o Brigue Portuguez Carlota & Amelia, vindo de Lisboa, em 33 dias de viagem, trazendo vinagre, vinho branco, sal, carne, azeite, calçados, impressos, mobília, violas e miçangas, dentre outros.<sup>37</sup> No dia 10 de junho, o jornal registrou a entrada do Brigue Inglês City of Perth que trouxe queijos, cerveja, batatas, fazendas de algodão, linho, roupas, louças e panelas de ferro.<sup>38</sup> Parece que muito do que o Pará usava não vinha do sertão e nem mesmo da capital da corte, vinha de portos extra-nacionais.

Os jornais demonstram que o movimento de entrada de embarcações seria cada vez mais intenso e os manifestos de cargas foram paulatinamente alongados. É habitual nesses impressos a listagem dos produtos que chegavam ao porto. Mas, sobretudo havia um empenho maciço em valorizar a qualidade dos mesmos, repassando uma imagem de

---

<sup>32</sup> BURKE, Peter. *O que é história cultural?* 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p. 99.

<sup>33</sup> Op. cit., p. 10.

<sup>34</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 17.

<sup>35</sup> Treze de maio, 13 de maio de 1840, n.1. p. 4.

<sup>36</sup> Idem, Ibidem.

<sup>37</sup> Treze de maio, 27 de maio de 1840, n.5. p. 19-20.

<sup>38</sup> Treze de maio, 10 de junho de 1840, n. 9, p. 43.

superioridade em relação a outros artigos. Desse modo, construía-se uma imagem não somente de um produto sofisticado, mas também útil e necessário, bem como a origem do produto era sempre um detalhe bem demarcado. O adjetivo “superior” e a demarcação temporal “ultimamente chegado” compunham o apelo publicitário construído em torno dos gêneros europeus e americanos.

Na botica de José Accurcio Cavalleiro de Macedo, na rua dos Mercadores nº 28, havia para vender remédios chegados ultimamente da América e de Portugal, podendo-se destacar na nota elixir contra lombrigas ou vermífugo de Swain, específico contra picadas, e mordeduras venenosas como por exemplo de arraia, cobra e lacraia. Também havia na mesma botica pomada para aliviar a dor das hemorróidas e os impressos que explicavam os modos de uso e as doses convenientes para as diferentes idades. Estes eram, segundo o anúncio, os preparados químicos em maior uso na medicina.<sup>39</sup> Outro dístico falava dos maravilhosos efeitos do óleo de bacalhau.

*As ultimas experiências na Alemanha, França e já em Portugal tem mostrado uma virtude específica do oleo de bacalhão contra os vicios escrufoloso e rachilico, e contra os enfartes do fígado, baço e gânglios glandulares do ventre. Os praticos que tem feito uzo deste oleo (...), animãõ facultativos prudentes a ensaia-lo nas moléstias indicadas: a doze marcada He uma colherinha de chá pela manhã, outra pela tarde, por dez a quatorze dias, ficando ao arbitrio do pratico elevar dahi em diante a doze á aquelle número de colherinhas que quizer. Os vômitos, náuseas, e o quadro symptomatico de um medicamento [sic], He o que apparece depois das primeiras dozes, isto não deve atemorizar ao medico; ele verá alguns dias depois tudo desaparecer, e se alegrará de ver progredir a moléstia para uma cura rápida e accelerada.<sup>40</sup>*

A referência de que o remédio já havia sido testado em vários lugares da Europa devia ser um considerável atrativo para que se adquirisse o referido óleo como um medicamento que traria os efeitos esperados. Outro dia, o jornal indicava que, em casa de Lourenço da Graça & C.<sup>a</sup>, tinha para vender “as verdadeiras pílulas da família chegadas novamente da cidade do Porto”. Elas vinham acompanhadas por certificados, juntamente com um abaixo assinado de médicos e cirurgiões, atestando que para todos os casos em que podia

<sup>39</sup>

Treze de maio, 7 de julho de 1840, n. 117, n. 117, p. 660.

<sup>40</sup>

Treze de maio, 11 de novembro de 1840, n. 50, p. 273.

ser empregada, pois julgava-se que se podia usar com toda segurança.<sup>41</sup> Não se deve deixar de associar as representações envolvendo o uso de medicamentos à modernidade científica que estava em voga na época. O aperfeiçoamento da ciência e das técnicas gerou no campo social o sentido da higienização dos costumes e novos métodos de tratar as doenças de acordo com os avanços no campo da medicina.

Leopoldino José da Silveira prometia comerciar em sua loja, por preços módicos pevides de melancia, geléia de marmelo e outros doces de calda em latas, além de muito boa marmelada em bocetas, tudo recentemente vindo de Lisboa no Brigue Delfim.<sup>42</sup> Outra comerciante, Marion Daniels, moradora da rua da Paixão, próximo da saída Largo da Misericórdia, oferecia, por preços cômodos, suas mercadorias ultimamente chegadas da Inglaterra – que se destacavam por serem objetos da última moda como lenços de seda para mãos e pescoço de senhoras e homens, botões, vestidos, rendas de seda, linho, algodão e gaze. Também tinha chapéus e bobinetes brancos e pretos para senhoras “e muitos outros objectos tentadores ás algibeiras dos tafues do grande tom”.<sup>43</sup>

No largo do palácio, continuava-se a vender “cortes de vestidos de lanzinha e meio côvados”, sapatos franceses, bonés para meninos e homens, volantes amarelo e cor de rosa para enfeites de capelinha e mais o que se quizesse.<sup>44</sup> Já Joaquim se distanciou dos alimentos, das vestimentas e acessórios para anunciar a possibilidade de variadas leituras. Ele falava de um leilão de um grande sortimento de livros portugueses, latinos, ingleses e franceses que seria realizado da rua do açougue e quem quisesse se antecipar em examinar os ditos livros poderia fazê-lo a qualquer hora do dia.<sup>45</sup> É preciso admitir que “a venda de livros era um negócio como outro qualquer nos quadros da economia mundializada e da mundialização da cultura”.<sup>46</sup>

Por sua vez, Dickenson & Corbett, informavam que na segunda feira próxima seria vendido no seu armazém arreios e cavalo americano pertencentes aos bens do falecido George Handerson.<sup>47</sup> O próprio nome dos comerciantes, como é o caso do citado acima, representava o país de origem do produto que estava sendo divulgado e demonstra também uma aproximação com a cultura a qual o bem pertence. Nesse contexto, as navegações

---

<sup>41</sup> Treze de maio, 16 de fevereiro de 1842, n. 182, p. 930.

<sup>42</sup> Treze de maio, 22 de junho de 1842, n. 217, p. 978.

<sup>43</sup> Treze de maio, 15 de setembro de 1849, n. 21, p. 4.

<sup>44</sup> Treze de maio, 21 de setembro de 1842, n. 243, p. 1082.

<sup>45</sup> Treze de maio, 27 de outubro de 1849, n. 26, p. 4.

<sup>46</sup> COELHO, Geraldo Mártires. *O violino de Ingres: Leituras de História Cultural*. Belém: Paka-Tatu, 2005b, p. 370.

<sup>47</sup> Treze de maio, 3 de abril de 1841, n. 91.

disponibilizaram artigos de diversas procedências e para muitos fins, numa situação em que não se produzia na província tudo que era preciso ou almejado, de acordo com os princípios da modernidade que aflorava.

Está há pouco tempo se rompendo as explicações tradicionais acerca do Grão-Pará no século XIX, de que sua economia estava fundamentalmente assentada em atividades extrativas desde o período colonial, e que o aumento da exportação da borracha em 1850 teria ocasionado quase que definitivamente o abandono da agricultura. Estudos recentes têm evidenciado que a agricultura nesse período se desenvolveu de forma bastante significativa, e que ao contrário do discurso dos presidentes da província, o Pará produzia muito do que se consumia e ainda exportava em número plausível.<sup>48</sup> De fato, em se tratando de alimentos, por exemplo, os produtos do sertão e de outros recantos do Império tinham um valor incomensurável no abastecimento de Belém.<sup>49</sup> Porém, o que se importava de portos estrangeiros era muito mais amplo do que a província precisava para se alimentar, embora essa também fosse uma dimensão que coadunasse para o aumento da chegada de produtos importados.

Em função de fatores como o crescimento demográfico, especialmente a partir de 1850, aliado as epidemias que causaram mortes e fome, ao contrabando de gado e as decorrentes carestias da carne verde, problemas nos transportes, além de fatores climáticos que destruíam plantações, foi inevitável a falta de alimentos.<sup>50</sup> Se, na década de 1840, a importação de alimentos já era muito importante, depois de 1850 torna-se essencial.

O naturalista Henry Walter Bates, ao voltar para Belém em 1859, depois de sua longa jornada no interior, ressaltava a carestia que tomara conta da cidade. Os artigos importados, não somente os alimentos como também roupas e móveis, “eram quase sempre mais baratos do que os produtos locais, embora taxados com impostos que variavam de 18 a 80 por cento somados aos altos fretes e aos lucros exagerados”. E ainda exemplificava asseverando que “o bacalhau salgado era mais barato do que o seu correspondente local, o

---

<sup>48</sup> BATISTA, Luciana Marinho. *Muito Além dos Seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c. 1850-1870*. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

<sup>49</sup> MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira. *Daquilo que se come: Uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1500-1900)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2009.

<sup>50</sup> Op. cit.

detestável pirarucu”.<sup>51</sup> No entanto, os alimentos são apenas uma parte da pauta dos produtos importados.

A leitura dos anúncios evidenciam a variedade das coisas que vinham para Belém, desde produtos de primeira necessidade - como era o caso do sal que era trazido em abundância, principalmente dos Estados Unidos, do bacalhau vindo de Portugal – até os cortes de crepe, lã e seda provenientes da França e Inglaterra. Contudo, essa dicotomia não parece ser o mais importante, mas as representações construídas em torno sejam dos bens supérfluos ou dos indispensáveis.

As representações são “matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotada de uma força integradora e coesiva, bem como explicativa do real”,<sup>52</sup> que promovem uma assimilação a partir da leitura dos códigos de interpretação. Mas não significa que a leitura é a mesma que foi prescrita, pois será sempre resignificada, amparada no que Chartier chama de “processo de construção de sentido”. Logo, tem que se considerar que as práticas através das quais há a apropriação do texto são histórica e socialmente variáveis.<sup>53</sup>

Ainda que se tente inculcar uma imagem de civilidade oriunda de uma cultura européia, os elementos culturais serão sempre recompostos por “uma releitura e uma adaptação locais de um tipo de apetrecho cultural desenraizado e, por isso, passível de ser apropriado e redesenhado”.<sup>54</sup> Alencastro, tratando desse mesmo contexto no Rio de Janeiro, diz que lá se engendrou “um mercado de hábitos de consumo relativamente europeizados num ultramar ainda pouco ocupado por essas ‘falsas Europas’”,<sup>55</sup> utilizando uma expressão de Braudel.

Por outro lado, a representação não é uma invenção. Embora não seja o real, está inserida no campo da verossimilhança e da credibilidade pautada nos seus elementos simbólicos, que dizem mais do que aquilo que enunciam, pois carregam sentidos. Ela significa “estar no lugar de, é presentificação de um ausente (...)”, e sua idéia central é a “substituição que recoloca uma ausência e torna sensível uma presença”.<sup>56</sup> O que promove a sensibilidade no caso aqui elucidado?

---

<sup>51</sup> BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979, p. 297.

<sup>52</sup> PESAVANTO, op. cit., p. 39

<sup>53</sup> CHARTIER (1990), op. cit., p. 25.

<sup>54</sup> COELHO (2005), op.cit., p. 213.

<sup>55</sup> ALENCASTRO, op. cit., 36.

<sup>56</sup> PESAVANTO, op. cit., p.40-41.

Em 1841, divulga-se a venda de dois pianos fortes, “sendo um muito lindo chegado ultimamente” e outro usado.<sup>57</sup> Pelo teor das palavras não parecia ser o primeiro piano chegado à província, parecia já haver alguma proximidade com este objeto, ao contrário de outros como a rabeca e o violão. Este era um instrumento europeu de pouca circulação e de grande notabilidade, sendo raras as províncias que recebiam algum até meados do século XIX. O piano só adentrara a alguns raros sobrados do Rio de Janeiro, Recife e Bahia, sendo praticamente desconhecido em outras partes. Não foi o caso do Pará, que não esperou 1850 para se emaranhar a mercadoria-fetichê dessa fase econômica e cultural,<sup>58</sup> e nem para desfrutar de outras miudezas.

João Ribeiro Arede tinha em seu estabelecimento na Travessa Mercês, de frente ao Tesouro provincial, “relógios americanos, quadrilongos, fabrica de metal, e corda para oito dias a 16\$000 réis”.<sup>59</sup> Além dos relógios e outros enfeites, as fazendas tinham um espaço reservado para divulgação sendo oriundos de vários países. Na casa de Sparhavk & Pond, havia um bom sortimento de fazendas chegadas no Pataxo Americano Rattler e se prometia vender por preços razoáveis.<sup>60</sup> Na loja de Bentes & Alves Irmão, tinha “fazendas francesas e dos últimos gostos chegadas ultimamente de França, no Brigue Esmeralda.”<sup>61</sup> Mas era comum também que elas viessem da Inglaterra. Antonio José Rodrigues “fará leilão nos dias 31 do corrente mez (...) de um bom sortimento de fazendas vindas ultimamente de Liverpool no navio George as quaes seraõ vendidas impreterivelmente, e não se retira lote”.<sup>62</sup> Outro anúncio destacava: “Este estabelecimento acaba de receber de França um lindo sortimento de cambraias de cores a Rainha Estephania, fazenda inteiramente nova neste mercado; ninguém deixará de comprar à vista do preço e qualidade”.<sup>63</sup>

Desenhava-se a representação de um modelo de consumo de uma sociedade européia que se apresentava como um paradigma de civilidade para uma sociedade tropical, que na mesma página em que construía a imagem convincente da última moda colocava o anúncio de venda e compra de escravos e denunciava os que haviam fugido. Dessa maneira, o mesmo anunciante que vendia um preto crioulo, oferecia muito boa massa para temperos vinda de Lisboa.<sup>64</sup> O mercado de jóias também era bastante fértil, de forma que se avisava

---

<sup>57</sup> Treze de maio, 7 de abril de 1841, n. 92, p. 551.

<sup>58</sup> ALENCASTRO, op. cit., p. 45, 46.

<sup>59</sup> Treze de maio, 23 de junho de 1849, n. 8, p. 4.

<sup>60</sup> Treze de maio, 21 de julho de 1849, n. 12, p. 4.

<sup>61</sup> Treze de maio, 17 de agosto de 1850, n. 65, p. 6.

<sup>62</sup> Treze de maio, 28 de julho de 1851, n. 117, p. 4.

<sup>63</sup> Gazeta Oficial, 8 de julho de 1858, n. 48, p. 4.

<sup>64</sup> Treze de maio, 22 de janeiro de 1842, n. 173, p. 899.

constantemente do recebimento de jóias de ouro e brilhantes dos gostos mais modernos, bem como relógios de ouro com patente inglesa, dispendo de bons cronômetros.<sup>65</sup>

Nesse contexto da construção de novas sensibilidades estavam os serviços dispensados como é um bom exemplo os ourives e os relojoeiros. Guilherme Potter fazia conhecidas as suas habilidades de relojoeiro e retratista de pessoas falecidas e de todos os objetos com toda perfeição. Oferecia ao respeitável público “seus serviços da grande arte de retrato pela Daguerreotypo”, método mais moderno da América.<sup>66</sup>

Um dos estabelecimentos ao mesmo tempo de que dispunha sempre “de um lindo e variado sortimento de jóias de ouro, e obras de prata, e pedras preciosas de gostos os mais modernos, vindas diretamente da Europa”, prometia trocar obras velhas que não estivessem mais na moda. E ainda se oferecia a consertar grátis por ser o dono profissional e ter juntamente uma oficina onde se podia reparar obras nacionais e estrangeiras.<sup>67</sup> Nota-se que esses serviços especializados, inclusive para produtos estrangeiros denotam que havia um mercado em crescimento e que a província tinha seu tempo já marcado pelos cronômetros ditos civilizados.

Os princípios próprios de um discurso civilizatório emergente tinham que está bem definidos. A alusão a origem do produto ou possível relação com a Europa repassava uma idéia de credibilidade e de superioridade. Observe a narração encontrada no jornal:

*A palavra Rapé é de origem franceza, assim como a qualidade de tabaco que indica. Desde os primeiros tempos da introdução do tabaco na França se começou alli a fazer uso delle para cheirar; porém não se vendia já preparado para esse fim. Cada pessoa fazia a sua provisão de tabaco em rolo, e o raspava ou ralava todas as vezes que queria cheirar huma pitada. Para este efeito usavaõ-se humas caixas ou estojos, a que chamavam rapé: o seu feitio ordinariamente era sobre o comprido, e esta a sua construcção: o interior da caixa tinha dois repartimentos; em hum delles estava o tabaco em rôlo; e o outro era destinado para receber o rapé. A tampa pela parte debaixo estava guarnecida de huma folha delgada de aço picada como huma lima ou groza. Então quando a pessoa queria cheirar, esfregava o rolo de tabaco por quella espécie de ralador até haver muido a porção sufficiente. Ora esta acção de ralar ou raspar em francez diz-se raper, e portanto o seu producto chamava-se tabaco rapé. D'ahi com o uso nos veio o nome desta preparação do tabaco, a qual depois se foi alterando com a mistura de alguns aromas, e*

65

Gazeta Oficial, 16 de junho de 1858, n. 31, p. 4.

66

Treze de maio, 19 de julho de 1851, n. 116, p. 4.

67

Gazeta Oficial, 8 de julho de 1858, n. 48, p. 4.



*então se começou a vender já preparado. Ainda no tempo de Luiz 14.º se usavaõ os rapés, de que algumas se conservaõ de grande luxo e valor.*<sup>68</sup>

O rapé era muito difundido na província. Pelas inúmeras vezes que ele aparece no jornal dar a entender que tinha grande aceitabilidade, a partir da força do simbólico que operava. A cultura enquanto como produto comercial ensejava de forma profícua nos quadros da modernidade. O simbólico que aparece interligando o rapé a França e ao tempo de Luiz XIV não é de forma alguma desproposita, “é uma estratégia de expressão cultural, inerente ao homem como criador da cultura,<sup>69</sup> como também de suas linguagens.

Por essas linhas, pretendeu-se pensar alguns indicativos dos processos civilizatórios que já era possível de serem visualizados bem antes do cosmopolitismo de 1870, os quais Geraldo Coelho denominou de o Anfiteatro da *Belle Époque*. Buscou-se exatamente situar esses processos civilizatórios no contexto da intensificação das navegações pós 1840, que interligou em um sentido já bastante amplo a província do Pará a centros hegemônicos da cultura mundial, como os Estados Unidos, Portugal, França e Inglaterra.

Esses países destacaram-se como os mais importantes em relação à entrada de produtos das mais variadas ordens - como alimentos, utensílios domésticos, vestimentas e adereços dos mais aprimorados gostos - que aqui foram lidos como bens culturais com seus valores simbólicos e por isso representativos. Faz parte da representação não somente os produtos materiais, como também as concepções e as idéias de mundo que lhe são peculiares.

A economia que rege os estes bens, embora se relacionem com os interesses propriamente econômicos, só podem ser compreendidos amplamente por meio das representações e não apenas através da lógica da economia mercantil.<sup>70</sup> Consequentemente, inserir o estudo desses bens culturais no campo cultural é situá-lo em um “mundo econômico investido”, embora tenha que se considerar que para este caso o material não deva dissociar-se do imaterial. Para isso, parte-se da idéia de que o consumo dos bens culturais elucidados provavelmente era restrito as condições de classe, portanto, as condições materiais de existência. Mas também não é uma regra geral, já que é preciso relativizar.

Pode-se elaborar isso questionando as distinções primordiais erudito/popular, criação/consumo, realidade/ficção. É preciso romper com esses falsos dualismos a partir da

---

<sup>68</sup> Treze de maio, 29 de outubro de 1842, n. 254, p. 1125.

<sup>69</sup> COELHO (2005), op. 19.

<sup>70</sup> CHARTIER, Roger. “O mundo econômico ao contrário”. In: *Trabalhar com Bourdieu*. Rio de Janeiro. Bertrand do Brasil, 2005.

circularidade cultural proposta por Bakhtin.<sup>71</sup> A problematização pode romper a linha vertical que liga o consumo as condições de classe social. Enquanto a proeminência do adjetivo “superior” indica o acesso imediatamente para as classes mais abastadas, o “barato,” recorrente nos anúncios, pode apontar para outros níveis sociais, quanto mais os produtos eram entendidos como essenciais, sobretudo os alimentos. Quando Bates afirma que em 1859 o bacalhau importado encontrava-se mais barato do que o peixe local, o pirarucu, isso pode indicar que os produtos advindos dos países mencionados não eram tão inacessíveis assim, pelo menos não todos.

O fluxo de bens e idéias importados em sua maior parte via transatlântica, inauguraram novos tempos, novas formas de pensar o mundo e de se relacionar com o inusitado, para os quais a navegação de longo curso desempenharia um papel fundamental.

A revolução nos transportes a nível internacional e local significou nessa conjuntura a diminuição das distâncias, mas também do intervalo que separava o Pará das nações industrializadas. Assim como o desenvolvimento dos transportes foi um aspecto importante para a indústria do divertimento na França,<sup>72</sup> aqui inaugurou novas sensibilidades. Um nativo da Inglaterra dizia que o Pará estava sendo permeada por um sentido mais racional, “parecendo que os paraenses procuravam agora imitar os costumes das nações do norte da Europa, ao invés da mãe-pátria”. Parecia mesmo que tudo se encaminhava para uma filiação bastarda.

## **FONTES**

### **Obras**

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. 2ª ed. Belém: UFPA, 1969.

\_\_\_\_\_. *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, 2004.

BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979.

CORDEIRO, Luiz. *O Estado do Pará, seu commercio e indústrias (1719-1920)*. Belém: Tavares Cardoso & Cia, 1920.

### **Periódicos**

---

<sup>71</sup> Para saber mais sobre o conceito de circularidade cultural ver BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 2008; GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

<sup>72</sup> CORBIN, Alain. “História dos tempos livres”. In: CORBIN, Alain (org). *História dos tempos livres: O advento do lazer*. Lisboa: Teorema, 2001.

Biblioteca do Grêmio Literário Português

## Jornais

Treze de Maio (1840-1852)

Gazeta Oficial (1858)

## REFERÊNCIAS

- ALDEN, Dauril. *O significado da produção de cacau na região da Amazônia no fim do período colonial: um ensaio da história econômica comparada*. Belém: UFPA/NAEA, 1974.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Vida privada e ordem privada no Império”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org). *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 11-93.
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 2008.
- BATISTA, Luciana Marinho. *Muito Além dos Seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c. 1850-1870*. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CHARTIER, Roger. *A história Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- \_\_\_\_\_. “O mundo econômico ao contrário”. In: *Trabalhar com Bourdieu*. Rio de Janeiro. Bertrand do Brasil, 2005, pp. 253-260.
- COELHO, Geraldo Mártires. *O violino de Ingres: Leituras de História Cultural*. Belém: Paka-Tatu, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Anteato da Belle Époque: Imagens e Imaginação de Paris na Amazônia de 1850*. In: *Revista Cultura do Pará*. V. 16, nº. 2, julho/dezembro, 2005, p. 199-215.
- CORBIN, Alain. “História dos tempos livres”. In: CORBIN, Alain (org). *História dos tempos livres: O advento do lazer*. Lisboa: Teorema, 2001, pp. 5-18.
- CRUZ, Ernesto. *História da Associação Comercial do Pará*. 2ª Ed. Belém: Editora Universitária. UFPA, 1996.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das letras, 1987.
- GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Uma face de Jano: A navegação do rio Amazonas e a formação do Estado brasileiro (1838-1867)*. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.
- LACAPRA, Dominick. “História e Romance.” In: *Revista de História*. Campinas: Unicamp. v.2, nº. 3, setembro, 1991, p. 107-124.
- LOPES, Siméia de Nazaré. “Casas de Negócios, Tabernas e Quintais: O controle social sobre os agentes do comércio no pós-Cabanagem”. In: *Revista Estudos Amazônicos*. V. 1, nº. 1, Julho/Dezembro, 2006, pp. 39-54.
- MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira. *Daquilo que se come: Uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1500-1900)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2009.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- RICCI, Magda. “O Fim do Grão-Pará e o Nascimento do Brasil: Movimentos sociais, Levantes e Deserções no Alvorecer do Novo Império (1808-1840)”. In: PRIORE, Mary

- Del; GOMES, Flávio dos Santos (orgs). *Os Senhores dos Rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- SALLES, Vicente. *A Música e o tempo no Grão-Pará*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1980.
- SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. *Uma contribuição à história dos transportes: A Companhia bahiana de navegação a vapor (1839-1894)*. Tese (História Econômica). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. 2ª Ed. Belém: Paka-Tatu, 2002.